



**PLANO DE PORMENOR PARA A EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL E EMPRESARIAL
DA FIGUEIRA DA FOZ (PPEPIEFF)**

**– Ata da Reunião de Conferência Procedimental –
12 de abril de 2019**

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, pelas dez horas e trinta minutos, realizou-se nas instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), em Coimbra, uma reunião de Conferência Procedimental, tendo por objeto o **Plano de Pormenor para a Expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz (PPEPIEFF)**, nos termos e para os efeitos do disposto no nº3 do Artº86º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (RJIGT), na redação do DL nº80/2015, de 14/05, por solicitação da Câmara Municipal da Figueira da Foz (CM).

Iniciou a reunião a Drª Carla Velado, chefe de divisão da CCDRC, dando as boas vindas aos presentes, passando a transmitir o enquadramento da reunião no RJIGT, dando conta de que este procedimento decorre já sob a Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) – da responsabilidade da DGT, prevista no RJIGT, na al. a) do nº2 do Artº190º –, sob o Nº de Processo 202, lembrando que na Conferência Procedimental deverão ser transmitidas as posições de todas as entidades convocadas, conforme determina o Artº84º do RJIGT, para emissão do parecer nos termos do disposto no nº2 do Artº85º, sobre os seguintes aspetos:

- Cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Conformidade ou compatibilidade da proposta de plano com os programas territoriais existentes.

Neste momento a Srª Vereadora Engª Ana Carvalho teceu alguns considerandos sobre a importância da ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz, para permitir dar resposta a pedidos de localização de diversas empresas, uma vez que o atual parque se encontra completamente comprometido. Manifestou ainda as enormes expectativas da Autarquia na sua implementação.

Da parte da CCDRC prosseguiram com a apresentação do objeto da reunião e alguns considerandos de enquadramento da proposta.

A Câmara Municipal apresenta uma proposta do Plano de Pormenor da Expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz (PPEPIEFF), com uma área de intervenção de 19.31ha, incidente sobre uma parcela de 20ha adquiridos por cessão a título definitivo do Estado Português à Autarquia da Figueira da Foz. Parcela essa que se encontra descrita na Conservatória de Registo Predial, Comercial e Automóveis da Figueira da Foz sob o nº7653/Lavos, correspondente ao artigo matricial nº3625. A mesma parcela coincidente maioritariamente com a UOPG10 (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão) definida no PDM, cujo objetivo era já a expansão do Parque Industrial existente a norte e a executar via Plano de Pormenor. Atualmente, no PDM a área encontra-se classificada como Solo Rústico, na categoria de “Espaços Florestais de Proteção”, pretendendo-se com a elaboração do Plano de Pormenor reclassificar aquela como Solo Urbano.

[Handwritten signatures and initials on the right margin]



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Como fundamento para a deliberação de elaboração do PP, a mesma autarquia apresenta como termos de referência a observar:

- Estabelecer as regras e orientações a que obedece a ocupação, uso e transformação do solo;
- Promover uma ocupação estruturada que garanta a instalação e/ou realocação de novas atividades económicas, suas funções complementares e respetivas infraestruturas adequadas às necessidades previstas;
- Estabelecer uma rede viária estruturada, o número de acessos necessários, um sistema de circulação e a criação de estacionamento adequados às atividades a instalar;
- Assegurar a proteção e integração paisagística da unidade;
- Programar a sua implementação de forma gradual e faseada;
- A solução urbanística projetada no Plano de Pormenor deve assegurar o seu enquadramento com a envolvente.

Face às características da área e da proposta do Plano, foram convocadas para a reunião as seguintes entidades representativas dos interesses a ponderar (ERIP) e entidades com responsabilidades ambientais (ERAE):

- Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-Centro);
- IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP;
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)/ AHR-Centro;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) – atualmente, Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC);
- Direção-Geral do Território (DGT);
- Infraestruturas de Portugal, IP - Gestão Regional de Coimbra e Viseu (IP);
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
- Redes Energéticas Nacionais (REN) – A entidade enviou parecer, transmitindo que não se fará representar na reunião;
- EDP Gestão da Produção de Energia – A entidade declarou expressamente que entende não existir fundamento para a sua representação, invocando para o efeito o nº4 do Artº83º do RJIGT, via e-mail da PCGT de 14.03.2019 à Câmara Municipal.

A CCDRC preside à reunião de Conferência Procedimental, pronunciando-se ainda enquanto ERIP e ERAE e a CM está presente enquanto entidade responsável pela elaboração do Plano.

Estiveram presentes os representantes das entidades constantes da folha de presenças anexa.

A EDP Gestão da Produção de Energia, declarou expressamente que entende não existir fundamento para a sua representação, invocando para o efeito o nº4 do Artº83º do RJIGT, via e-mail da PCGT de 14.03.2019 à Câmara Municipal – conforme DOC.1 em Anexo a esta Ata.

Não estiveram presentes, mas remeteram parecer as seguintes Entidades:

- Direção-Geral do Território (DGT) - DOC.2;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) - DOC.3;
- Redes Energéticas Nacionais (REN), enviou parecer, transmitindo que não se fará representar na reunião – DOC.4.



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

O IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP, não esteve presente nem remeteu parecer, pelo que se considera que nada tem a opor à proposta apresentada, nos termos do nº3 do Artº84º do RJIGT.

A _ APRECIÇÃO

A.1__ CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Foi, pela Engª Zulmira Duarte, representante da CCDRC, iniciada a apreciação sobre os elementos do Plano:

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

Na área de intervenção da proposta de PP – identificada na Fig.1 –, encontra-se em vigor o Plano Diretor Municipal (PDM) da Figueira da Foz, publicado pelo Aviso 10633/2017 (DR 179, II-S, 2017.09.15), com uma 1ª Alteração (por Adaptação ao POC-OMG) com incidência no Regulamento, pelo Aviso 1729/2018 (DR 27, II-S, 2018.02.07), e 2ª Alteração (por Adaptação à carta da REN) com incidência na Planta de Condicionantes, pelo Aviso 13434/2018 (DR 183, II-S, 2018.09.21).



Fig.1 – Localização da área do PP

2. PROCEDIMENTO E INSTRUÇÃO PROCESSUAL

O Plano de Pormenor enquadra-se no âmbito municipal do sistema de gestão territorial previsto na al. c) do nº5 do Artº2º do RJIGT – na redação do DL nº80/2015, de 14/05.

Em termos de instrução processual, os documentos disponibilizados pela CM permitem concluir quanto ao RJIGT:

- Publicação em Diário da República da Deliberação da CM de abertura do procedimento, tomada em sessão ordinária de 05.02.2018, em **cumprimento do nº1 do Artº76º e da alínea c) do nº4 do Artº191º**, efetuada pelo Aviso 4140/2018 (DR nº61, II-S, 27.03.2018), bem como divulgação da Deliberação através da comunicação



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

social e do sítio na Internet da CM, em cumprimento do nº1 do Artº76º, bem como da al. a) do nº3 do Artº6º quanto ao direito de participação.

- Deliberação da CM **em conformidade com o nº1 e nº3 do Artº76º**, com definição do prazo de elaboração e do período de participação preventiva, definição da oportunidade e dos termos de referência.
- Participação Preventiva, **conforme disposto no nº2 do Artº88º**, com indicação do prazo de 15 dias úteis e das condições para formulação de sugestões.
- Prorrogação do prazo de elaboração, por mais 12 meses, em **cumprimento do nº6 do Artº76º**, efetuada pelo Aviso 6608/2019 (DR nº47, II-S, 07.03.2019).
- Deliberação da CM contendo a determinação de proceder à avaliação ambiental estratégica, **nos termos do Artº78º**.

3. CONTEÚDOS MATERIAL E DOCUMENTAL

A proposta apresentada integra as seguintes peças escritas e desenhadas:

- Regulamento;
- Relatório do Plano – que integra capítulos sobre “Operação de transformação fundiária” e “Programa de Execução e Plano de Financiamento”;
- Planta de Implantação (Nº01) – escala 1:2.000;
- Planta de Condicionantes (Nº02) – escala 1:2.000;
- Planta de Localização (Nº03) – escala 1:10.000;
- Planta da Situação Existente (Nº04) – escala 1:2000;
- Planta Cadastral (Nº05) – escala 1:2000;
- Planta da Operação de Transformação Fundiária (Nº06) – escala 1:2000;
- Planta com Áreas destinadas ao Domínio Municipal (Nº07) – escala 1:2000;
- Planta da Infraestrutura Viária (Nº08) – escala 1:2000;
- Planta da Rede de Abastecimento Público de Água (Nº09) – escala 1:2000;
- Planta da Rede de Drenagem de Águas Residuais (Nº10) – escala 1:2000;
- Planta da Rede de Drenagem de Águas Pluviais (Nº11) – escala 1:2000;
- Planta da Rede de Distribuição de Gás (Nº12) – escala 1:2000;
- Planta da Rede Elétrica (Nº13) – escala 1:2000;
- Planta da Rede de Telecomunicações (Nº14) – escala 1:2000;
- Perfis Longitudinais dos Arruamentos (Nºs PIR 003 a 005) – escalas 1:500 e 1:50;
- Perfis Transversais dos Arruamentos (Nºs PIR 006 a 007) – escala 1:500 e 1:100;
- Declaração comprovativa de inexistência de compromissos urbanísticos, da CM;
- Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico da Avaliação Ambiental Estratégica;
- Ficha de Dados Estatísticos;
- Processo da Alteração à Carta da Reserva Ecológica Nacional.

Os documentos apresentados e sem prejuízo das situações a complementar que são elencadas ao longo da apreciação que se segue, dão parcialmente cumprimento ao disposto nos Artº102º (Conteúdo material) e nºs 1, 2 e 4 do Artº107º (Conteúdo documental) do RJIGT, estando, contudo em falta alguns elementos que explicitem e/ou completem a proposta:

- Planta que explicita a classe e categoria de uso do solo com base na disciplina consagrada no PDM, de acordo com o estabelecido no nº5 do Artº72º e no nº2 do



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Artº102º. Ou seja, com a explicitação de que a área do PP passará a integrar Solo Urbano na categoria de “Espaços de atividades económicas”, a constar na Planta de Ordenamento do PDM, findo o prazo estabelecido nos termos do nº7 do Artº72º.

- Planta contendo elementos técnicos definidores da modelação do terreno, cotas mestras e volumetrias, conforme previsto na al. d) do nº4 do Artº107º, ou seja, uma Planta que apresente no mínimo dois perfis do terreno representativos da implantação das edificações, arruamentos e área de domínio público, conducente a um melhor entendimento do desenho urbano proposto.
- No Relatório do PP referir a questão do “Ruído”, para que não suscite que se encontra em falta o Mapa de Ruído ou Relatório sobre recolha de dados acústicos previstos na al. e) do nº4 do Artº107º, clarificando que nos termos do Regulamento Geral do Ruído (DL nº9/2007, de 17/01) e de acordo com o nº3 do Artº7º, o Plano de Pormenor referente a zona exclusivamente industrial se encontra excecionado daquele documento.
- A identificação dos indicadores qualitativos e quantitativos, previstos no nº7 do Artº107º e decorrente do nº2 do Artº4º, que suportem a avaliação prevista no capítulo VIII do mesmo diploma, nomeadamente para a elaboração do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT). Indicadores, estes, que, refira-se, poderão ser selecionados com base nos Indicadores de Monitorização obtidos no Relatório Ambiental, sem prejuízo de outros que se entendam como necessários à implementação do PP.
- O Processo de alteração à REN encontra-se insuficientemente desenvolvido no que se refere à proposta de exclusão de área da REN para concretização do PP. Está em falta fundamentação que sustente a não existência de riscos e impactos significativos negativos, nomeadamente sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, e que não coloquem em causa as funções da REN, no sistema ecológico em presença, de dunas, tendo ainda em consideração que estamos em zona costeira. Por outro lado, falta também a explicação de inexistência de alternativas fora da REN, atendendo a que existem no Município outros espaços de atividades económicas livres ou áreas definidas no PDM como UOPG destinadas a ocupação industrial.

Lembramos que deverá integrar o processo final, o documento com as participações recebidas em sede de discussão pública, a tratar nos termos do Artº89º, e respetivo relatório de ponderação – previstos na al. f) do nº4 do Artº107º do RJIGT.

4. CARTOGRAFIA

Constata-se que à data de deliberação da elaboração do PP (05.02.2018) se encontrava em vigor o Regulamento nº142/2016, de 09/02. Assim, e sem prejuízo se melhor pronúncia da Direção-Geral do Território (DGT) – convocada para a Conferência Procedimental –, verifica-se que:

- A cartografia base encontra-se em processo de homologação junto da DGT (processo nº565 submetido a 02.01.2019) – de acordo com o Relatório (pg.14 e seguinte);
- Os ortofotomapas utilizados foram adquiridos pela CM à DGT em novembro.2016 – conforme o mesmo Relatório;



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

- Contudo, os Rótulos/legenda das Plantas não contêm toda a informação necessária para cumprimento do estabelecido no nº4 do Artº9º do mencionado diploma, nomeadamente a indicação da precisão posicional nominal, bem como os dados sobre a identificação da cartografia topográfica utilizada na elaboração da carta base [cf. al. g)].

5. REGULAMENTO

Relativamente ao Regulamento, também alvo de apreciação por parte dos Serviços Jurídicos da CCDRC, considera-se que:

Capítulo II – Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública

Artigo 6º - Identificação

Este artigo deve referir apenas o âmbito, pelo que não faz sentido repetir aqui a redação que já consta do artigo seguinte relativo ao "Regime". Assim, sugere-se nova redação, do tipo:

"Na área do Plano é observada a servidão administrativa e restrição de utilidade pública Reserva Ecológica Nacional (REN) – Dunas, identificada na Planta de Condicionantes."

Sugere-se, ainda, que tal como em outros regulamentos, nomeadamente no do PDM da Figueira da Foz, o nome do artigo seja "Âmbito" em vez de "Identificação".

Artigo 7º - Regime

Sugerimos a redação que se segue, em alternativa, comum noutros regulamentos congéneres, por forma a tornar mais clara a relação entre as normas do plano e as dos regimes das condicionantes de ordem superior:

"Nas áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública, a disciplina de uso, ocupação e transformação do solo é regulada pelas disposições do presente Plano, sem prejuízo das disposições vinculativas das servidões ou restrições de utilidade pública."

Capítulo III – Edificação

Artigo 8º - Âmbito

1 - Alterar redação, tendo em atenção que o articulado do Regulamento contém igualmente regras de uso e ocupação:

"As regras que orientam o uso e ocupação dos lotes são as que se encontram definidas no presente Regulamento, incluindo a sua planta de implantação e quadros anexos."

2 - Um plano de pormenor, pela sua natureza, deve estabelecer, regras claras sobre as operações urbanísticas permitidas ou interditas, para cada uma das categorias ou classes de espaço, de acordo com o seu conteúdo material, previsto no artigo 102º do RJIGT, sob pena de poder conduzir a decisões arbitrárias e casuísticas. Por esse motivo, não é legalmente admissível, a fórmula *"podem ser interditas ou condicionadas..."*, utilizada nesta norma.

Capítulo IV – Operações de Transformação Fundiária

Artigo 15º - Emparcelamento

1 – Pelas mesmas razões já explicitadas em anotação ao nº2 do artigo 8º, deve evitar-se a fórmula *"caso a caso"*, devendo definir-se regras claras e precisas para o emparcelamento, sob risco de decisões arbitrárias.



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Capítulo V – Espaço Verde

Artigo 17º - Identificação

4 – Alterar redação: substituir "...são..." por "...deverão ser...".

Capítulo V – Espaço Verde

Artigo 17º - Identificação

Capítulo VII – Medidas de Salvaguarda Ambiental

Artigo 20º - Faixa de gestão de combustível

– Compatibilizar os artigos 17º e 20º. Conforme referido também na análise efetuada sobre a Planta de Implantação e o Relatório do Plano, não há referências sobre se "Espaço verde" e "Faixa de gestão de combustíveis (na faixa oeste do plano) são a mesma área.

Capítulo IX – Disposições Finais

Artigo 24º - Alteração do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz

1 e 2 – A redação não se encontra correta, nomeadamente porque o PP não altera apenas a "Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo". Sugere-se, assim, a seguinte redação para este artigo:

"O presente Plano altera, na sua área de intervenção, o Plano Diretor Municipal (PDM) da Figueira da Foz, nos seguintes documentos e respetivas disposições aplicáveis:

- a) "Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo" – no limite da UOPG10 e na classificação do solo;*
- b) "Planta de Ordenamento – Estrutura ecológica municipal" – na redução de área de EEM.*

6. PLANTA DE IMPLANTAÇÃO | Nº01

A Planta de Implantação dá genericamente resposta à al. b) do nº1 do Artº107º do RJIGT. Tecem-se, contudo, os seguintes considerandos, identificando as situações que carecem de clarificação, melhor fundamentação ou reformulação:

- Estão em falta os alinhamentos (em Carta e/ou Regulamento) – pois o polígono de implantação não obriga a alinhamento –, a modelação do terreno, bem como a identificação dos acessos aos lotes e respetivas cotas.
- Estão em falta as áreas destinadas a "Equipamentos de utilização coletiva", conforme análise apresentada no ponto relativo ao Relatório do Plano, carecendo de fundamentação por parte da CM.
- Clarificar se o "Espaço Verde" constante na Planta de Implantação é considerado "Espaço Verde de utilização coletiva" e articular o mesmo com a Faixa de Gestão de Combustíveis prevista pelo diploma do sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios (SNDFCI) e referida no Artº20º do Regulamento.

7. PLANTA DE CONDICIONANTES | Nº02

A Planta identifica toda a área do PP como estando em Reserva Ecológica Municipal – conforme Fig.2. No entanto, face à proposta de Planta de Implantação, onde se identifica uma área destinada a "Espaço Verde" (29321,4m², no limite oeste), não se afigura necessária a exclusão desta área da REN.



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Contudo, esta carta deverá ser reformulada em função do resultado do processo de Alteração à Carta da REN.

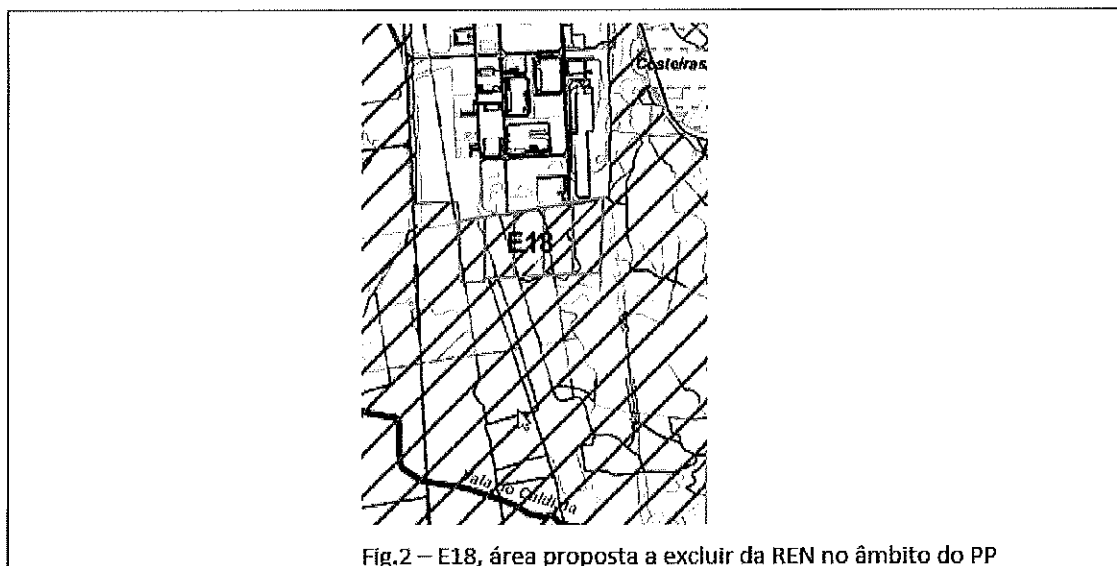


Fig.2 – E18, área proposta a excluir da REN no âmbito do PP

8. RELATÓRIO DO PLANO

O Relatório apresenta claramente os objetivos do plano, sendo, no entanto, conciso na caracterização da área, em especial na avaliação das condições ambientais, mas também de enquadramento nas questões sociais/culturais. Neste contexto, verifica-se a falta de fundamentação para alguns aspetos da proposta que carecem de melhor desenvolvimento, a saber:

- Não é apresentada área de “Equipamentos de utilização coletiva”. Analisando a questão à luz do RJGT, a Planta de Implantação [cf. al.b) do nº1 do Artº107º] deve conter, entre outros, a localização dos equipamentos de utilização coletiva. Por seu lado, o PDM da Figueira da Foz estabelece, no nº1 do Artº111º do Regulamento, os parâmetros de dimensionamento para equipamentos de utilização coletiva, de 10m²/100m² de área de construção, o que corresponderia no PP a uma área de 11650m². Assim, não se verificando proposta neste sentido, deverá a Câmara Municipal fundamentar a opção tomada.
- A proposta, nos edifícios dos lotes 5 a 38, de construção de um piso abaixo da cota de soleira – conforme Quadro de Áreas constante na Planta de Implantação, no anexo ao Regulamento e na pág.13 do Relatório – deixa-nos dúvidas em termos afetação do sistema dunar e recursos hídricos subterrâneos, especialmente quando se está em presença de uma área a excluir da Reserva Ecológica Nacional. Também nada é referido sobre se o piso abaixo da cota de soleira é contabilizado para a Área de construção, informação esta que, mais uma vez, se poderia basear nos contributos de uma Planta contendo elementos técnicos definidores da modelação do terreno com as construções propostas.
- Nem nas Plantas 09 a 11, nem no Relatório do Plano é explanado qual a origem/abastecimento da Rede de Águas ou destino/tratamento das Águas Pluviais e Águas Residuais. Seria expetável, para entendimento da operacionalização do parque



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

industrial e empresarial, que o Relatório do Plano se apresentasse mais desenvolvido com informação sobre a captação de água, qual o destino das águas pluviais e em que sistema se insere a rede de águas residuais e respetivo tratamento. Por outro lado, nas Plantas, estão em falta os sentidos de escoamento destas redes.

O Relatório integra, devidamente, um capítulo “4. Operação de Transformação Fundiária”, ao qual, no entendimento desta CCDR, se associam as cartas:

- 05 – Planta Cadastral;
- 06 – Planta da Operação de Transformação Fundiária;
- 07 – Planta com áreas destinadas ao Domínio Municipal.

Procedendo à análise deste capítulo 4, e uma vez que o terreno é já propriedade da Autarquia, constituindo um único artigo matricial (nº3625), a informação encontra-se genericamente adequada. Contudo, carece das seguintes retificações e esclarecimentos:

- A introdução ao Quadro da pág.13 refere que “*Da operação de transformação fundiária prevista no Plano, resultam os seguintes lotes e parcelas a integrar o domínio público do Município da Figueira da Foz (...)*”, o que nos afigura dever ser retificado/clarificado se não serão apenas o Espaço Verde e o Espaço Canal – e não os Lotes – que constituem domínio público municipal. Por outro lado, não existe coerência entre o Relatório e a Planta 07, a qual identifica como domínio municipal, sem discriminação entre público ou privado, o Espaço Verde e o Espaço Canal (nas componentes de estacionamento público, passeio e faixa de rodagem).
- Para efeitos de registo predial, o Quadro da pág.13 deve acompanhar as 3 Plantas atrás identificadas, devendo ser mais explícito, nomeadamente quanto à descrição das parcelas a ceder para domínio municipal, conforme estabelece o nº3 do Artº107º do RJGT. Sugere-se, assim, que a tabela, reformulada, conste das Plantas 06 e 07.

O Relatório integra, ainda, o “Programa de Execução e Plano de Financiamento”, dando cumprimento às alíneas d) e f) do nº2 do Artº107º.

9. PLANTAS DE INFRAESTRUTURAS | Nº08 A Nº14

São apresentadas Plantas de Infraestruturas, em cumprimento do disposto no al. g) do nº1 do Artº102º do RJGT.

Contudo, nem nas Plantas 09 a 11, nem no Relatório do Plano é explanado qual a origem/abastecimento da Rede de Águas ou destino/tratamento das Águas Pluviais e Águas Residuais. Seria expetável, para entendimento da operacionalização do parque industrial e empresarial, que o Relatório do Plano se apresentasse mais desenvolvido com informação sobre a captação de água, qual o destino das águas pluviais e em que sistema se insere a rede de águas residuais e respetivo tratamento. Por outro lado, nas Plantas, estão em falta os sentidos de escoamento destas redes.



10. FICHA DE DADOS ESTATÍSTICOS

É apresentada a Ficha modelo da DGT, com a generalidade da informação, com exceção das seguintes situações que carecem de clarificação e/ou complemento:

- No quadro 10-B – Está em falta a identificação das “Disposições alteradas” do PDM, uma vez que na proposta de PP são tratadas matérias que vêm alterar as Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM, concretamente:
 - Planta de Ordenamento – Classificação e qualificação do solo (quanto à delimitação da UOPG10);
 - Planta de Ordenamento – Estrutura ecológica municipal;
 - Planta de Condicionantes – REN;
 - Planta de Condicionantes – Servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
- No quadro 8 – Caso venha a ser aprovada a exclusão de área de REN, a mesma deverá ser identificada no quadro 8-C-18.

11. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE)

A apreciação do “Relatório Ambiental” (RA) e do “Resumo Não Técnico do RA” (RNT), é realizada nos termos do DL 232/2007, de 15/06, alterado pelo DL 58/2011, de 04/05 – regime jurídico da avaliação ambiental estratégica (RJAAE), sendo que a apreciação do documento da primeira fase da AAE, o “Relatório de Fatores Críticos para a Decisão” (RFCD), foi devidamente efetuada e transmitida por esta CCDR via ofício nº604/2018 de 28.11.2018, verificando-se o acolhimento parcial das sugestões apresentadas.

Conteúdo do RA

O Relatório Ambiental estrutura-se em 9 capítulos e 3 anexos, destacando-se no capítulo 3 o Objeto de avaliação, no capítulo 5 a definição dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD), onde desagrega os elementos de base estratégica – Questões Estratégicas (QE), Questões Ambientais (QA) e Quadro de Referência Estratégico (QRE) –, e no capítulo 7 a avaliação estratégica por FCD, referindo para cada um a análise tendencial, análise SWOT, oportunidades e riscos, diretrizes para seguimento e quadro de governança para a ação.

Face às QE, QA e QRE, foram obtidos os seguintes FCD:

- Ordenamento do Território;
- Desenvolvimento Económico;
- Recursos Naturais e Prevenção de Riscos.

Apreciação do RA e RNT

Sobre o documento, temos a referir que o mesmo se encontra insuficientemente desenvolvido, tendo em conta a sensibilidade da área em apreço. Está em falta fundamentação que sustente a não existência de riscos e impactos significativos negativos no ambiente, nomeadamente sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, e que não coloquem em causa as funções da REN, no sistema ecológico em presença, de dunas, tendo



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

ainda em consideração que estamos em zona costeira. Por outro lado, falta também a explicação de inexistência de alternativas, nomeadamente fora de áreas de REN.

Tecem-se, ainda, em complemento, os seguintes considerandos, maioritariamente dirigidos às questões que deverão ser melhor vocacionadas para a área do PP em apreço:

- No que se refere ao QRE, identificam-se a generalidade dos instrumentos (Estratégias, Programas e Planos) externos adequados, suscitando-nos, contudo, que se encontra em falta o PMDFCI, tendo em consideração a influência/interligação deste, em cujo processo de revisão estão a ser redefinidas as áreas de perigosidade de incêndio rural onde se localiza o PP (conforme retratado no Relatório do Plano), mas também em termos de delimitação da Faixa de Gestão de Combustíveis a oeste e sul do mesmo PP.
- No FCD 1 "Ordenamento do Território" e uma vez que não se trata de uma zona habitacional, não se entende a aplicabilidade de Indicadores relativos a "*população servida*" e a "*densidade populacional*" no Critério de "*Salubridade urbana e infraestrutura básica*". Reformular, adaptando às indústrias/edifícios e retificar para "*infraestruturas básicas*". O mesmo se aplica à Tabela 14 relativa aos Indicadores de Monitorização deste FCD.
- No FCD 2 "Desenvolvimento Económico" e tratando-se de um Parque Industrial e Empresarial, não se entende a mais valia ou propósito de aplicação a esta área de Indicadores como "*Crescimento populacional por setor etário*", "*Variação dos índices de pobreza*" ou "*Iniciativas municipais para integração social*". Reformular. Ainda neste FCD, sem prejuízo do Indicador proposto de "*Variação da presença de empresas, por setor, no Concelho*", seria ainda oportuno algum Indicador relativo à implementação do PP em concreto, nomeadamente medidor da Taxa de execução/ocupação/instalação de empresas/indústrias na área do plano. O mesmo se aplica à oferta de emprego (ou nº de empregos). Também sobre os Indicadores de Monitorização deste FCD, na Tabela 20, lembramos que os mesmos devem ser vocacionados para a implementação do PP, pelo que, sem prejuízo de vir a ser contabilizada/monitorizada a população desempregada do Concelho ou a população empregada por setor de atividade, importa neste plano monitorizar a influência direta do mesmo, ou seja, o nº de empregos criados e o nº de empresas instaladas na área do PP.
- A designação do 3º FCD era, no documento inicial da AAE, "*Recursos Naturais e Prevenção de Riscos*", sendo que no RA a mesma não é clara, surgindo em algumas situações como "*Riscos Naturais e Prevenção de Riscos*". Clarificar e retificar.
- No FCD 3, e uma vez que não existe habitação na área do plano, parece mais adequado utilizar o Indicador "*Nº de pessoas afetadas...*" em vez de "*Ocupação humana...*". O mesmo reparo, se aplica, com as devidas adaptações, quanto ao Indicador de Monitorização deste FCD, na Tabela 30, relativo ao crescimento populacional. Na Tabela 31, relativa ao Quadro de Governança, sugere-se que seja acrescentado na entidade CCDRC a disponibilização de informação sobre a qualidade do ar, e replicar esta para a Tabela 34.



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

- Relativamente à Tabela 10, que se apresenta como sendo uma matriz de compatibilidades e conflitos entre os objetivos do PP, não se entende a mais valia, nem parece clara. Parece-nos que identifica as 8 Questões Estratégicas (QE) referidas no ponto 5.1.1 do documento (e não os objetivos estratégicos do PP, do capítulo 5) e não se entende que não haja relação/compatibilidade/sinergias entre o “Ordenamento do território” e várias outras QE, como sejam o “Tecido empresarial e industrial”.
- No capítulo 7 “Avaliação estratégica por FCD”, na Matriz da tabela 19, mais uma vez não se entende que não haja correlação entre o FCD “Ordenamento do Território” e os critérios de avaliação “Atratividade empresarial” e “Emprego”, estando em presença de uma proposta de plano que implementa precisamente a ampliação do Parque Industrial e Empresarial. Retificar.
- A Tabela síntese das Diretrizes de Seguimento, nº33 e não 37, deve ser reformulada em função do transmitido nos pontos anteriores sobre os FCD e respetivos Indicadores. O mesmo se aplica à Tabela 34 quanto à entidade CCDRC, sugerindo-se ainda que seja ponderada a introdução do IAPMEI e mesmo o INE, no fornecimento de informação relativa às empresas/indústrias instaladas e nº de empregos criados.
- O documento “Resumo Não Técnico” é devidamente apresentando, dando cumprimento ao disposto na al. i) do nº1 do Artº6º do RJAAE, devendo, contudo, ser reformulado em conformidade com o RA, na sequência da apreciação efetuada.

Considerações Pontuais:

Identificam-se situações pontuais no documento que carecem de retificação, reiterando-se algumas já transmitido na apreciação do RFCD:

- As referências a “alteração ao PP...” devem ser corrigidas, uma vez que se trata da elaboração do PP (por. ex. no Índice e nas págs. 8, 9, 13, 17, 26, 28, 49).
- Para “Anexo III”, em vez da referência ao “Anexo II” (pág.14).
- No cabeçalho do ficheiro digital (PDF), retificar o lapso da identificação do plano, para o nome correto “Avaliação Ambiental Estratégica do PP-PIEFF”.
- Uma vez que o atual Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) se apresenta na redação dada pelo DL nº80/2015, de 14/05, o qual entrou em vigor a 13.07.2015, sendo, por conseguinte, o aplicável à elaboração do PP em apreço – cuja deliberação se deu em 05.02.2018 –, o enquadramento, quer da elaboração do plano quer da avaliação ambiental, deve ser efetuada neste diploma, em vez de em anteriores que já não se encontram em vigor (é o caso, por ex., de expressões usadas na pág.8 do RA).

Conclusão

O RA deve ser reformulado e completado em acordo com a análise atrás efetuada.

12. PROCESSO DE ALTERAÇÃO À RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)

O Processo encontra-se insuficientemente desenvolvido no que se refere à proposta de exclusão de área da REN para concretização do PP. Está em falta fundamentação que sustente a não existência de riscos e impactos significativos negativos, nomeadamente sobre os



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

recursos hídricos superficiais e subterrâneos, e que não coloquem em causa as funções da REN, no sistema ecológico em presença, de dunas, tendo ainda em consideração que estamos em zona costeira.

Verifica-se ainda, a falta de explicação de inexistência de alternativas fora da REN, atendendo a que existem no Município outros espaços de atividades económicas livres ou áreas definidas no PDM como UOPG destinadas a ocupação industrial.

Por outro lado, como atrás exposto, a Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de PP, não se revela de âmbito suficiente, quer de identificação de impactos sobre o ambiente/recursos, quer na mitigação dos efeitos significativos sobre o ambiente.

Assim, e face ao cariz sensível da tipologia de REN em apreço, entende a CCDRC que não se encontram reunidas as condições para emissão de parecer sobre a proposta de Alteração da REN, a qual deverá ser reformulada, apoiada nomeadamente num Relatório Ambiental melhor desenvolvido, como já exposto sobre o mesmo.

13. CONFORMIDADE OU COMPATIBILIDADE DA PROPOSTA DE PLANO COM OS PROGRAMAS TERRITORIAIS EXISTENTES

Na área de intervenção da proposta de Plano de Pormenor (PP) da Expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz, encontra-se em vigor o Plano Diretor Municipal (PDM) da Figueira da Foz, publicado pelo Aviso 10633/2017 (DR 179, II-S, 2017.09.15), com uma 1ª Alteração (por Adaptação ao POC-OMG) com incidência no Regulamento, pelo Aviso 1729/2018 (DR 27, II-S, 2018.02.07), e 2ª Alteração (por Adaptação à carta da REN) com incidência na Planta de Condicionantes, pelo Aviso 13434/2018 (DR 183, II-S, 2018.09.21).

Consultando o PDM, verifica-se que:

a) De acordo com a “**Planta de Ordenamento – classificação e qualificação do solo**”, a área de intervenção do PP encontra-se classificada como Solo Rústico, na categoria de Espaços Florestais de Proteção e maioritariamente inserida na UOPG10 – conforme Fig.4 –, sendo proposta a reclassificação de solo como urbano e de alteração de categoria para Espaços de Atividades Económicas.

Ao nível do Regulamento do PDM, para a UOPG:

- O Artº115º:
 - Estabelece o âmbito das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), identificando a UOPG10 como expansão do parque industrial e empresarial da Figueira da Foz;
 - Prevê que as UOPG podem ser ajustadas nos seus limites por razões de cadastro de propriedade, ou quando tal for justificado em sede de Plano de Pormenor;
- O Artº117º identifica os objetivos e regulamentação a aplicar à UOPG10, nomeadamente a forma de execução através da elaboração de plano de pormenor e os parâmetros de uso e ocupação de referência para a elaboração do plano.



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

- Os parâmetros de uso e ocupação de referência para a elaboração de plano de pormenor são, pelo nº2 do Artº117º:
 - a) Índice de utilização ≤ 1.50 ;
 - b) Índice de impermeabilização $\leq 80 \%$;
 - c) Altura da edificação ≤ 15 metros, podendo ser excedida nas situações devidamente justificadas por necessidades produtivas ou tecnológicas;
 - d) Afastamentos aos limites da parcela/lote:
 - d.1) Afastamento frontal ≥ 10 metros;
 - d.2) Afastamentos laterais ≥ 5 metros.

Analisando a proposta de PP, verifica-se a conformidade com esta Planta de Ordenamento e com o Regulamento quanto aos objetivos, possibilidade de ajustamento dos limites e forma de execução da UOPG10, bem como a parte dos parâmetros urbanísticos estabelecidos para a UOPG, concretamente quanto ao Índice de utilização e à altura da edificação.

Verifica-se também conformidade com a al. d) do nº1 do Artº37º do PDM, no que se refere aos parâmetros de dimensionamento do estacionamento.

Contudo:

- No que se refere aos **alinhamentos/afastamentos** aos limites da parcela/lote, não é possível concluir quanto ao cumprimento do nº2 do Artº117º do PDM, uma vez que a proposta não apresenta valores, quer na Planta de Implantação quer no Regulamento, o que deverá ser sanado;
- No que se refere aos **parâmetros de dimensionamento para equipamentos de utilização coletiva**, não se verifica conformidade com o estabelecido no nº1 do Artº111º do PDM (que é de $10\text{m}^2/100\text{m}^2$ de área de construção, o que corresponderia a uma área de 11650m^2 no PP), uma vez que a proposta de PP não apresenta área de equipamentos, nem fundamenta a opção tomada.

b) De acordo com a “**Planta de Ordenamento – Estrutura ecológica municipal**”, a área de intervenção do PP encontra-se em Reserva Ecológica Nacional, Áreas Nucleares e Corredores Ecológicos – conforme Fig.5.

Ao nível do Regulamento do PDM, para as áreas em estrutura ecológica municipal (EEM) aplica-se a Secção I do Capítulo III, nos artigos 10º e 11º:

- O Artº11º, estabelece que o regime de ocupação “*é o previsto para a respetiva categoria de espaço delimitada na Planta de Ordenamento — Classificação e Qualificação do Solo, conjugado, quando for o caso, com os regimes legais aplicáveis às servidões administrativas e restrições de utilidade pública existentes*”.

Analisando a proposta, verifica-se que o PP altera esta Planta de Ordenamento, retirando toda a área de Estrutura Ecológica Municipal (EEM), pelo que deve mencionar expressamente esta alteração, nomeadamente no Regulamento, Relatório e Ficha de Dados Estatísticos.



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

c) A “Planta de Condicionantes – Reserva Ecológica Nacional” regista condicionantes para a área de intervenção do PP, totalmente em REN, na tipologia de “Dunas”, a qual deverá ser reformulada em conformidade com o resultado do processo de Alteração da REN.

d) Relativamente à “Planta de Condicionantes – Povoamentos florestais percorridos por incêndios”, a carta publicada regista as ocorrências entre os anos de 2006 e 2015, não se verificando esta condicionante à edificação para a área do plano, nestes anos. Contudo, caberá ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas – entidade convocada para a Conferência Procedimental – pronunciar-se sobre a eventual existência de ocorrências de incêndios desde o ano de 2015.

e) No que se refere à “Planta de Condicionantes – Risco de incêndio: carta de perigosidade”, a área insere-se maioritariamente em classe “Média” de perigosidade de incêndio florestal.

f) Quanto à “Planta de Condicionantes – Servidões administrativas e restrições de utilidade pública”, verifica-se que a maior parte da área do PP se encontra integrada em “Matas nacionais” do regime florestal total. No entanto, conforme explanado no Relatório do PP (pág.3 e 4) e nos documentos complementares/anexos ao mesmo, a parcela, de 20ha de área, foi já alvo de autorização destinada a ampliação do Parque Industrial da Figueira da Foz, pelo Secretário de Estado do Tesouro, através da Portaria nº395/2018, publicada no DR nº154, 2ª-S, de 10/08, deixando assim de estar inserida em Regime Florestal, conforme reconhecido pelo ICNF.

Contudo, nas condições do “Aditamento ao Auto de cessão a título definitivo celebrado em 26 de outubro de 2007”, o qual foi produzido e assinado a 8 de novembro de 2018, e conforme clarificado pela D.G. Tesouro e Finanças à CM via ofício nº006045 de 12.12.2018, existe um **prazo de 2 anos** a contar da data de assinatura do aditamento, **para destinar a parcela à nova finalidade**, ou seja, à ampliação do Parque Industrial da Figueira da Foz.

Chama-se assim a atenção, para que, caso se concretize o PP nos 2 anos atrás mencionados, a respetiva Planta de Condicionantes do PDM deverá ser alterada em conformidade com o levantamento da condicionante referente ao Regime Florestal Total.

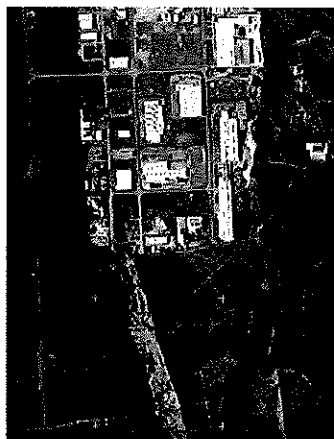
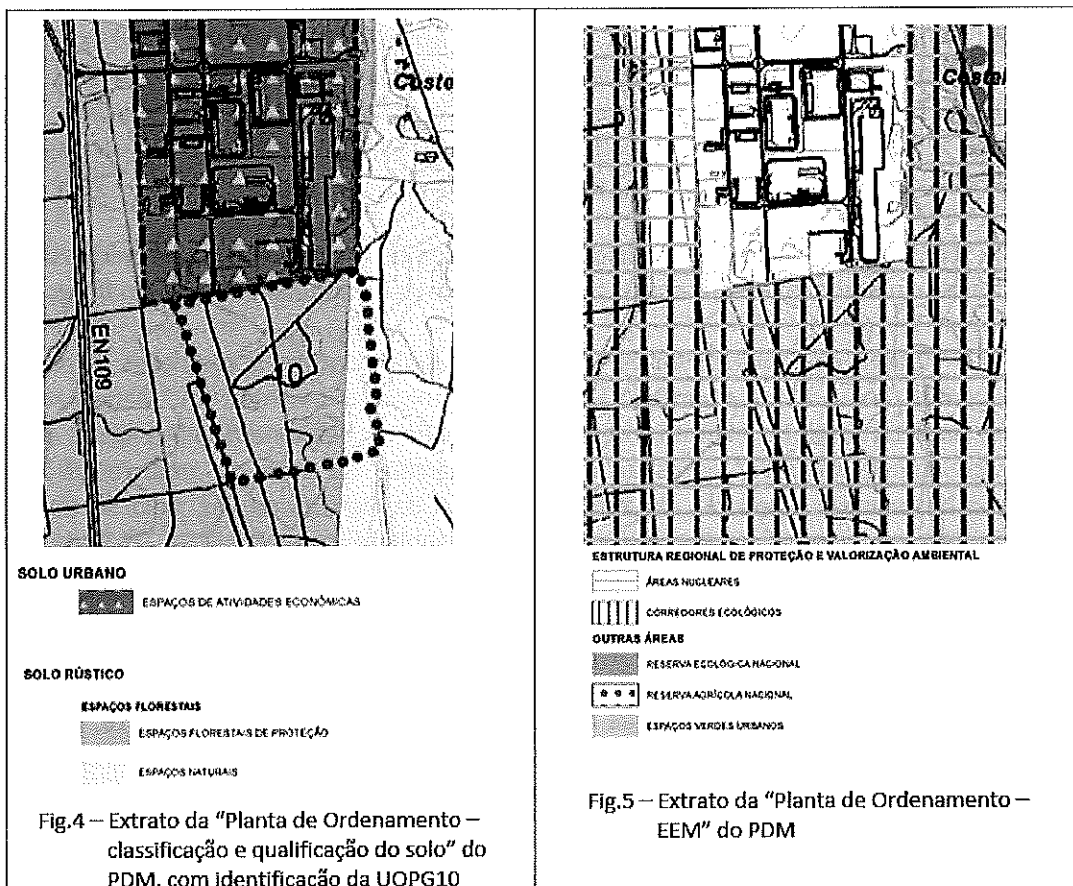


Fig.3 – Localização da área do PP



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro



14. CONCLUSÃO

Face ao exposto e nos termos do nº2 do Artº85º do RJIGT, a posição desta CCDR é de:

a) **Parecer favorável condicionado**, no que ao PP diretamente se refere, uma vez que:

a.1) Sem prejuízo dos pareceres das Entidades convocadas para a Conferência Procedimental, a proposta apresentada dá cumprimento às **normas legais e regulamentares aplicáveis**, com exceção das seguintes situações que deverão ser sanadas:

- Está em falta uma Planta que explicita a classe e categoria de uso do solo com base na disciplina consagrada no PDM, de acordo com o estabelecido no nº5 do Artº72º e no nº2 do Artº102º. Ou seja, com a explicitação de que a área do PP passará a integrar Solo Urbano na categoria de “Espaços de atividades



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

económicas”, a constar na Planta de Ordenamento do PDM, findo o prazo estabelecido nos termos do nº7 do Artº72º;

- Está em falta uma Planta contendo elementos técnicos definidores da modelação do terreno, cotas mestras e volumetrias, conforme previsto na al. d) do nº4 do Artº107º, ou seja, uma Planta que apresente no mínimo dois perfis do terreno representativos da implantação das edificações, arruamentos e área de domínio público, conducente a um melhor entendimento do desenho urbano proposto;
- Está em falta a identificação dos indicadores qualitativos e quantitativos, previstos no nº7 do Artº107º e decorrente do nº2 do Artº4º, que suportem a avaliação prevista no capítulo VIII do mesmo diploma, nomeadamente para a elaboração do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT).
- Está em falta o dimensionamento dos equipamentos de utilização coletiva, bem como a respetiva localização, para cumprimento do disposto na al. h) do nº1 do Artº102º do RJIGT, nem é apresentada fundamentação para a sua inexistência.

a.2) Quanto à compatibilidade/conformidade com o PDM:

Verifica-se a conformidade da proposta de Plano com o PDM, ao nível de Regulamento e da UOPG10, com exceção dos parâmetros de dimensionamento para equipamentos de utilização coletiva estabelecido no nº1 do Artº111º e da falta de informação que permita concluir quanto ao cumprimento dos alinhamentos/afastamentos aos limites da parcela/lote estabelecidos no nº2 do Artº117º.

Uma vez que o PP pretende alterar o PDM, deverão ser devidamente identificados os documentos e as disposições daquele IGT alterados, nomeadamente no conteúdo do Regulamento, do Relatório e da Ficha de Dados Estatísticos, concretamente (cf. referido na apreciação sobre o Regulamento):

- “Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo” – no limite da UOPG10 e na classificação da área do PP como solo urbano (em vez de solo rústico) e categoria de Espaços de Atividades Económicas (em vez de categoria de Espaços Florestais de Proteção);
- “Planta de Ordenamento – Estrutura ecológica municipal” – na redução de área de EEM, em conformidade com a área excluída da REN;

Contudo, nos termos do nº7 do Artº72º do RJIGT, a Alteração por Adaptação do PDM só pode ser realizada findo o prazo de execução das obras de urbanização e das obras de edificação determinadas no nº5 do mesmo artigo.

b) No que se refere à proposta de Alteração da REN, em termos de normas legais e regulamentares aplicáveis, e sem prejuízo dos pareceres das Entidades convocadas para a Conferência Procedimental:

Verifica-se que os documentos apresentados não permitem concluir que se encontrem salvaguardadas as questões ambientais, face à tipologia de REN em presença, de “Dunas”, para a proposta de exclusão da área de 19.3ha.



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Com efeito, estamos em presença de uma área que se encontra em Zona Costeira (distância mínima de 2000m à margem), e, portanto, de cariz sensível, onde a ampliação dos perímetros urbanos deve ser fortemente condicionada ou mesmo interdita, de acordo com o preconizado na Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (**ENGIZC**) – publicada pela RCM nº82/2009, de 08/09.

Estando o PP sujeito a Avaliação Ambiental Estratégica (**AAE**), verifica-se, contudo, que esta não se revela suficientemente desenvolvida, quer ao nível da identificação de impactos sobre o ambiente/recursos, quer das medidas de mitigação dos efeitos da proposta de plano. Com efeito, não estão apresentadas mediadas de minimização de impactes sobre os sistemas, essenciais à ponderação dos interesses em presença.

Assim, e face à sensibilidade da tipologia de REN em apreço e da sua localização, entende a CCDRC que não se encontram reunidas as condições para emissão de parecer sobre a proposta de Alteração da REN, a qual deverá ser reformulada e apoiada nomeadamente num Relatório Ambiental melhor desenvolvido.

Por último, lembramos que caberá à Câmara Municipal promover o procedimento de alteração por adaptação do PDM, nos termos do disposto na al. b) do nº1 do Artº121º do RJIGT, quando estiverem reunidas as condições expressas no nº7 do Artº72º do mesmo diploma, ou seja, desde que findo o prazo para execução das obras de urbanização e das obras de edificação (previsto no nº5) e executadas as operações urbanísticas previstas no PP.

A.2__ ARS-Centro – Administração Regional de Saúde do Centro

O representante, Dr. José Faria, transmitiu que nada tem a opor à proposta de plano apresentada.

A.3__ APA/ARH-C – Agência Portuguesa do Ambiente / Administração da Região Hidrográfica do Centro

O representante, Engº Nelson Martins, transmitiu a apreciação sobre a proposta de plano – a qual inseriu antecipadamente na PCGT –, concluído que, dado não ter sido apresentada a adequada avaliação ambiental dos efeitos significativos sobre os recursos hídricos, não é possível emitir parecer favorável à implementação deste PP até que sejam satisfeitas as questões elencadas, conforme desenvolvido no documento que se anexa – DOC.5.

A.4__ ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

Sobre a proposta de Plano de Pormenor para a expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz, o representante da ANEPC, Dr. Carlos Manuel Fernandes Miranda da Cruz, emitiu o seguinte parecer:



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

- No que se refere à REN, na área de intervenção do Plano de Pormenor incide uma servidão de Reserva Ecológica Nacional, do sistema Dunas. Embora, por princípio ambientalmente sustentável, seja de garantir a conservação de todo o sistema dunar no litoral, como forma de garantir a mitigação da erosão e transgressão marinha, e em particular a sul do último molhe (5.º) da Cova Gala, parece-nos que o facto da área a desafetar (19,3ha), a mais de 1 km da praia para o interior (este), terá um impacte pouco significativo dado também a já anterior ocupação verificada.
- No que concerne à perigosidade de incêndio relativo à área de intervenção do Plano de Pormenor, já existe parecer favorável emitido pela CMDF e com o parecer vinculativo favorável do ICNF, que permite isentar de perigosidade de incêndio rural, pelo que no que diz respeito à garantia da faixa de proteção e gestão de combustível, esta fica a cargo da Câmara Municipal e previstas no Art.º 20.º do Regulamento do Plano.
- Quanto à necessidade de abastecimento de água para combate a incêndios, de acordo com o Regime Jurídico e Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios, o plano prevê no seu relatório a instalação da infraestrutura rede de abastecimento de água e existência dos marcos de incêndio.
- Relativamente ao Relatório Ambiental e para atualização de conteúdos, as referências efetuadas aos DL 254/2015 e DL 44/2014 (página 46) sobre acidentes industriais graves, devem ser feitas ao DL 150/2015, de 5 de agosto, bem como devem ser atualizadas as empresas que constam na listagem da Agência Portuguesa do Ambiente, incluindo a Navigator com Nível Superior de Perigosidade.

Pelo exposto emite **parecer é favorável**.

A.5__ IP – Infraestruturas de Portugal, IP - Gestão Regional de Coimbra e Viseu

A representante, Dr.ª Paula Teixeira, transmitiu que o parecer da entidade é **favorável desde que** seja apresentado um Estudo de Tráfego em sede de execução do plano – o qual inseriu antecipadamente na PCGT –, conforme documento que se anexa – DOC.6.

A.6__ Pareceres das entidades que não compareceram à reunião

De seguida a Eng.ª Zulmira Duarte transmitiu os pareceres remetidos pelas entidades que não se fizeram representar na reunião.

A.6.1__ Direção-Geral do Território

A Direção-Geral do Território remeteu o **parecer favorável condicionado** à conclusão da homologação da cartografia – o qual inseriu antecipadamente na PCGT –, conforme documento que se anexa – DOC.2.



NDP
R
C
Qual
8

A.6.2__ ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

A entidade não se fez representar, tendo inserido antecipadamente na PCGT documento contendo a sua posição, transmitindo que, em face de a pretensão/proposta da CM não apresentar desconformidades ou restrições no âmbito das suas competências, não se fará representar na conferência procedimental. Identifica, contudo, as referidas conformidades, bem como ainda aspetos legislativos que o PP deverá respeitar, nomeadamente o SNDFCI, conforme documento que se anexa – DOC.3.

A.6.3__ REN – Redes Energéticas Nacionais

A entidade não se fez representar, tendo enviado antecipadamente o respetivo parecer, com a conclusão de que não vê objeção à aprovação do PP, transmitindo ainda que não considera necessária a sua representação na conferência procedimental, conforme documento que se anexa – DOC.4.

B _ CONCLUSÕES

Ouvidos os presentes e registada a posição manifestada por cada serviço ou entidade da administração direta ou indireta do Estado, conforme determina o nº2 do Artº84º do RJIGT:

- Quanto ao parecer previsto do nº2 do Artº85º – Favorável Condicionado à reformulação dos elementos do Plano em conformidade com os pareceres emitidos pela CCDRC e pela APA/ARH Centro;
- Quanto ao parecer previsto na al. b) do nº1 do Artº15º do RJREN, por remissão do nº3 do Artº16º do mesmo regime jurídico – Dada a não convergência entre as posições da CCDRC e da APA/ARH Centro com a proposta de alteração à delimitação da REN apresentada pela CMFF, a conferência decisória a que se refere o nº6 do Artº11º do RJREN será realizada em simultâneo com a reunião de concertação.

Com vista à obtenção de uma solução concertada que permita ultrapassar as objeções formuladas pela CCDRC e pela ARH Centro, a Câmara Municipal solicitou a realização de uma reunião de concertação, nos termos do Artº87º do RJIGT, para o próximo dia 15 de maio.

Sem outros assuntos, foi encerrada a reunião pelas treze horas, da qual se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. -----

Câmara Municipal da Figueira da Foz (CM)

(Vereadora Engª Ana Carvalho)

(Dr. Vítor Sousa)

(Eng.º João Martins)

(Eng.º João Martins)

JENRIQUE SENEZ

0

0

2



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR)

(Dr.^a Carla Velado)

(Eng.^a Zulmira Duarte)

(Dr.^a Ana Carreiró)

Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-Centro)

(Dr. José Faria)

APA /Administração da Região Hidrográfica do Centro (ARH-C)

(Eng.^a Nelson Martins)

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)

(Dr. Carlos Cruz)

Infraestruturas de Portugal, IP - Gestão Regional de Coimbra e Viseu (IP)

(Dr.^a Paula Teixeira)

ANEXOS:

- DOC.1_ Comunicação da EDP;
- DOC.2_ Parecer da DGT;
- DOC.3_ Parecer do ICNF;
- DOC.4_ Parecer da REN;
- DOC.5_ Parecer da APA/ARH-C;
- DOC.6_ Parecer das IP.

ZD/AC/CV